

TRANSPARÊNCIA EM RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA REVISÃO CRÍTICA DA LITERATURA (2017–2025)

MORGANA DE OLIVEIRA MACHADO,^{*1} PAULO RICARDO DE JESUS COSTA,² ESTÉFANA DA SILVA STERTZ,³ DANIELA PEGORARO,³ ROSANA BRETTAS DA SILVA,¹ RAYSSA CLEIDE DE OLIVEIRA,³ LUIS FELIPE DIAS LOPES³, BRUNA ADRIELE MELO FAGUNDES,³ ITACIR DOS SANTOS CAVALHEIRO JUNIOR,¹ ANA MÁRCIA MELLO ALMEIDA,⁴ VILSON MACHADO TOMBEZI,⁵ MARLI TEREZINHA PEREIRA LAGO⁶

¹Programa de Pós-Graduação em Administração e Ciências Contábeis (PPGACC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil

²Programa de Pós-Graduação em Administração e Gestão Pública, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil

³Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil

⁴Programa de Pós Graduação em Tecnologias Emergentes na Educação, Must University, Florida, USA

⁵Centro de Ensino Superior de Maringá, CESUMAR, Brasil

⁶Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (PPGEC) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo

*morga.oliveira@hotmail.com

RESUMO

Este estudo realiza uma revisão sistemática crítica sobre a transparência em relatórios de sustentabilidade, analisando 101 artigos publicados entre 2017 e 2025 nas bases Scopus, Web of Science e Spell. Os resultados evidenciam que a transparência, embora constitua um elemento central da governança climática e da contabilidade social, permanece como um constructo ambivalente, marcado por limitações técnicas, disputas institucionais e estratégias discursivas de legitimação. Persistem lacunas na mensuração, baixa comparabilidade entre os relatórios, seletividade na divulgação das informações e eficácia limitada da assecuração externa. No contexto brasileiro, as fragilidades institucionais intensificam essas tensões. Conclui-se que o fortalecimento da transparência requer não apenas aprimoramentos técnicos, mas também coerência ética e *accountability* substantiva.

Palavras-chave: Transparência; Relatórios de Sustentabilidade; Contabilidade Social e Ambiental; *Disclosure* Socioambiental; *Greenwashing*.

TRANSPARENCY IN SUSTAINABILITY REPORTS: A CRITICAL LITERATURE REVIEW (2017–2025)

This study conducts a critical systematic review of transparency in sustainability reporting, analyzing 101 articles published between 2017 and 2025 across the Scopus, Web of Science, and Spell databases. The findings indicate that transparency, although central to climate governance and social and environmental accounting, remains an ambivalent construct marked by technical limitations, institutional disputes and discursive strategies of legitimacy. Persistent gaps include measurement weaknesses, low comparability, informational selectivity and limited effectiveness of external assurance. In the Brazilian context, institutional fragilities intensify these tensions. The study concludes that advancing transparency requires technical improvements, ethical coherence and substantive accountability.

Keywords: Transparency; Sustainability Reports; Social and Environmental Accounting; Social and Environmental Disclosure; Greenwashing.

1. INTRODUÇÃO

As transformações socioeconômicas e ambientais das últimas décadas intensificaram o debate sobre o papel das organizações na promoção da sustentabilidade e na divulgação de seus impactos. Mudanças climáticas, desigualdades sociais e os efeitos da pandemia reforçaram a necessidade de modelos de gestão mais éticos e transparentes (Rockström et al., 2009; Adams & Abhayawansa, 2022; Larrinaga, 2023; Wegner et al., 2025). Nesse contexto, a transparência em relatórios de sustentabilidade (RS) tornou-se central para a construção de confiança entre empresas e *stakeholders* (Buhr et al., 2014; Quattrone, 2022; Santoyo et al., 2025).

As Conferências das Partes (COPs) ampliaram a pressão por informações climáticas verificáveis (Xie et al., 2025) e impulsionaram a convergência regulatória internacional, especialmente em direção a *frameworks* como TCFD, GRI, SASB e, mais recentemente, IFRS S1 e S2 (Bäckstrand & Kuyper, 2017). Entretanto, a transparência permanece um conceito polissêmico e disputado, ora associado a princípios éticos, ora a estratégias de legitimação (Boiral, 2016; Laine et al., 2021; Da Silva Junior, 2025).

Na contabilidade, a transparência é discutida como fundamento da *accountability* desde Gray et al. (1996), sendo os Relatórios de Sustentabilidade (RS) compreendidos como extensões dos sistemas de mensuração socioambiental (Adams, 2020; Bebbington & Unerman, 2018). Porém, a ausência de padronização, a heterogeneidade das métricas e o predomínio de divulgações voluntárias limitam sua eficácia (De Villiers et al., 2017; Farooq & De Villiers, 2023). A literatura crítica aponta, ainda, a seletividade informacional e o uso de narrativas positivas, que podem produzir *greenwashing* (Cho et al., 2015; Sarmiento & Larrinaga, 2021; Mendes et al., 2025).

No Brasil, apesar do avanço regulatório promovido pela CVM, B3, CGU e IBGC (Viol, 2021; Faccin, 2023), a transparência mantém caráter predominantemente instrumental, as-

sociado à reputação mais do que à *accountability* efetiva (Macedo et al., 2019; Silva et al., 2022). Estudos recentes apontam lacunas conceituais, seletividade na divulgação e desafios institucionais persistentes (Prates & Avelino, 2024; Toniolli et al., 2025; Rodrigues, 2025).

Diante dessas tensões, torna-se essencial compreender como a literatura define, discute e problematiza a transparência nos relatórios de sustentabilidade. Nesse sentido, este capítulo apresenta uma revisão sistemática crítica da literatura publicada entre 2017 e 2025, com base nas bases Scopus, Web of Science e Spell, com o objetivo de mapear interpretações, convergências, divergências e implicações desse debate para a contabilidade social e ambiental. O capítulo é orientado pela seguinte questão: *de que maneira a literatura acadêmica, no período analisado, tem conceituado e problematizado a transparência nos relatórios de sustentabilidade, e quais implicações emergem desse debate para a contabilidade social e ambiental no contexto brasileiro?*

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Entre a prática e o discurso: o funcionamento da transparência nos relatórios de sustentabilidade

Neste capítulo, o termo *discurso* refere-se às construções institucionais e simbólicas que moldam a transparência nos relatórios de sustentabilidade, enquanto *narrativa* designa as formas específicas por meio das quais esse discurso é materializado nos textos corporativos.

O funcionamento prático e discursivo dos relatórios de sustentabilidade aponta que a transparência constitui um construto socialmente construído, permeado por disputas de sentido e interesses organizacionais. Longe de operarem apenas como instrumentos técnicos de prestação de contas, esses relatórios funcionam como dispositivos discursivos de poder e legitimidade, moldando percepções sociais sobre responsabilidade corporativa (Gray, Owen & Adams, 1996; Cho et al., 2015). Nesse processo, as organizações mobilizam o discurso da sustentabilidade para sinalizar compromissos éticos e ambientais; contudo, tais comunicações frequentemente assumem caráter simbólico, utilizando a linguagem da transparência como estratégia para gerar confiança, mitigar críticas e fortalecer a reputação (Boiral & Heras-Saizarbitoria, 2020; Quattrone, 2022).

No contexto brasileiro, essa dinâmica torna-se ainda mais evidente. Prates e Avelino (2024) demonstram que o discurso da transparência nos relatórios corporativos tende a ser seletivo e orientado por uma lógica de visibilidade, priorizando indicadores favoráveis e invisibilizando controvérsias socioambientais. Essa seletividade aprofunda as assimetrias informacionais entre empresas e sociedade, tensionando o papel da contabilidade como mediadora da confiança pública. A literatura internacional converge nesse diagnóstico. Adams (2020) e Larrinaga e Bebbington (2021) argumentam que os relatórios de susten-

tabilidade devem ser compreendidos como artefatos contábeis híbridos, nos quais a objetividade técnica se articula com a subjetividade narrativa e com estratégias de legitimação organizacional.

Evidências empíricas no contexto brasileiro reforçam essa perspectiva. O estudo conduzido por Bevilaqua et al. (2023) aponta que a adoção do Relato Integrado por uma cooperativa de saúde construiu a transparência não apenas por meio da ampliação do *disclosure*, mas também por práticas discursivas voltadas à redução de assimetrias informacionais, ao fortalecimento das relações com *stakeholders* e à consolidação da credibilidade institucional.

Dessa forma, a transparência nos relatórios de sustentabilidade manifesta-se em uma dupla dimensão: prática, associada à operacionalização de padrões de mensuração e *disclosure*; e discursiva, relacionada à produção de sentidos sobre ética, valor e responsabilidade organizacional. Essa dualidade sinaliza o desafio permanente da contabilidade em equilibrar rigor informacional e coerência ética, de modo que a transparência ultrapasse o âmbito retórico e se consolide como princípio efetivo de *accountability* e governança (Prates & Avelino, 2024).

Nesse cenário, a intensificação das regulamentações ambientais e a crescente exigência do mercado por divulgação ampliada transformaram os relatórios de sustentabilidade em pré-requisito para a inserção das empresas em cadeias produtivas globais. Bronzini et al. (2023) argumentam que organizações que não aderem a esse modelo enfrentam restrições comerciais, dificuldades na captação de investimentos e perda de competitividade em relação a concorrentes que demonstram compromissos mais consistentes com práticas responsáveis.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma revisão sistemática de literatura de natureza crítica, inspirada na abordagem proposta por Chung e Cho (2018). Essa estratégia permite examinar não apenas o conteúdo das publicações, mas também as disputas conceituais, as tensões teóricas e os usos retóricos associados ao termo *transparência* no campo da contabilidade social e ambiental. A revisão foi conduzida por meio de três etapas articuladas: definição do escopo, construção da estratégia de busca e análise interpretativa do *corpus*.

O escopo da pesquisa foi delimitado por três critérios centrais. Primeiro, incluíram-se exclusivamente estudos que analisassem relatórios, práticas ou métricas socioambientais de empresas de capital aberto, por se compreender que tais organizações ocupam posição central nas discussões sobre padronização, comparabilidade e assecuração das informações divulgadas (Buhr, Gray & Milne, 2014). Segundo, definiu-se o conjunto de bases e idiomas com o objetivo de garantir amplitude e diversidade teórica: Scopus e Web of Science (WoS), para artigos publicados em inglês, e Spell, para artigos publicados em por-

tuguês. Terceiro, estabeleceu-se o recorte temporal entre dezembro de 2017 e novembro de 2025, a fim de complementar e estender a revisão conduzida por Chung e Cho (2018), que abrangeu o período de 2000 a 2017. Esse intervalo corresponde à fase de consolidação dos principais *frameworks* internacionais de reporte, como TCFD e ISSB, e ao fortalecimento da agenda ESG no Brasil.

A estratégia de busca foi construída com atenção à precisão semântica e à reprodutibilidade metodológica. Nas bases Scopus e WoS, utilizaram-se *strings* com operadores booleanos, combinando descritores específicos para captar estudos cujo foco estivesse diretamente relacionado à transparência em relatórios de sustentabilidade. As expressões incluíram combinações como "sustainability report" OR "sustainability reporting" OR "non-financial disclosure" OR "ESG disclosure", associadas, via operador AND, a termos como *transparency*, *accountability* e *information disclosure*. Para garantir foco no ambiente corporativo, acrescentou-se o operador AND com descritores como *corporate*, *listed companies* e *public companies*. Quando necessário, aplicou-se o operador NOT para excluir resultados não alinhados ao escopo, como estudos sobre agricultura, turismo sustentável ou políticas públicas desvinculadas do *disclosure* organizacional. Na Spell, as buscas foram realizadas em português e inglês, com expressões equivalentes, como "relatório de sustentabilidade" E "transparência" e "divulgação socioambiental" E "accountability".

A seleção dos estudos seguiu um processo sistemático. Após a identificação inicial e a remoção de duplicidades, realizou-se a triagem por títulos e resumos, excluindo-se artigos que não tratavam a transparência como conceito central ou que discutiam sustentabilidade sem conexão com o *disclosure*. Os estudos potencialmente relevantes foram lidos na íntegra, aplicando-se novos critérios de exclusão quando a transparência surgia apenas como elemento periférico. Incluíram-se somente publicações revisadas por pares que apresentassem discussão substantiva sobre transparência como princípio técnico, ético, discursivo ou como mecanismo de legitimidade.

A etapa de análise foi conduzida por meio de leitura crítica interpretativa, fundamentada nos princípios de Massaro, Dumay e Guthrie (2016), que valorizam sínteses reflexivas e teoricamente densas. Essa análise envolveu a identificação das concepções de transparência presentes nos artigos, o mapeamento dos referenciais teóricos utilizados, como Teoria da Legitimidade, Teoria Institucional, Teoria da Agência, Estudos Críticos do Discurso e Contabilidade Crítica, e a sistematização das tensões entre *disclosure* voluntário, *accountability*, padronização, *greenwashing* e legitimidade organizacional. Também foram examinadas as implicações dessas interpretações para a contabilidade social e ambiental, especialmente no contexto brasileiro, marcado pelo avanço regulatório e pela expansão da agenda ESG.

No caso da base Spell, foram identificados 33 artigos a partir dos critérios de período e palavras-chave previamente estabelecidos. Aplicou-se um primeiro filtro baseado na

leitura do título, do resumo e das palavras-chave, resultando na exclusão de 20 estudos que não se relacionavam ao objetivo da pesquisa. O segundo filtro consistiu na leitura da introdução, da metodologia, da discussão e da conclusão, etapa em que mais três artigos foram excluídos por não explorarem diretamente a temática da transparência nos relatórios de sustentabilidade. Assim, a amostra final da Spell foi composta por dez artigos, analisados integralmente quanto aos conceitos de transparência, seguindo a classificação metodológica de Oliveira et al. (2017).

Nas bases internacionais, a busca inicial resultou na identificação de 377 publicações. Após a aplicação do recorte temporal (2017–2025) e dos idiomas definidos, o conjunto foi reduzido para 317 registros. Em seguida, capítulos de livros, documentos não revisados por pares e materiais fora do escopo foram excluídos. A triagem por título e resumo eliminou estudos que não abordavam transparência, *disclosure* ou *accountability* como elementos centrais, resultando em 262 artigos potencialmente elegíveis. A leitura integral permitiu excluir publicações em que a transparência não configurava objeto de análise substantiva, consolidando uma amostra final de 91 artigos internacionais, que compõem, juntamente com os 10 artigos da Spell, um *corpus* total de 101 estudos.

4. RESULTADOS DA METASSÍNTESE

4.1 Resultados da base Spell

Os estudos nacionais analisados revelam que a transparência nos relatórios de sustentabilidade constitui um campo em consolidação no Brasil, marcado pela coexistência de abordagens técnicas, institucionais e críticas. De modo geral, a literatura nacional observa que a transparência é compreendida simultaneamente como prática de *disclosure*, estratégia organizacional e construção discursiva, refletindo tensões recorrentes entre padronização, seletividade informacional e *accountability*.

Um primeiro eixo analítico concentra-se nas determinantes e na qualidade do *disclosure* socioambiental. Nesse conjunto de estudos, a transparência é tratada como resultado de escolhas organizacionais influenciadas por fatores estruturais, como porte, governança corporativa e características dos conselhos de administração. Di Domenico et al. (2017) apontam que tais atributos exercem influência significativa sobre o nível de divulgação, enquanto Pereira, Lucena e Paiva (2018) mostram que a decisão de publicar relatórios de sustentabilidade decorre da combinação entre pressões regulatórias, demandas do mercado de capitais e estratégias de legitimação. Esses achados reforçam a compreensão da transparência como prática condicionada pelo ambiente institucional, e não como expressão automática de compromisso ético.

Um segundo eixo enfatiza a dimensão discursiva e estratégica da transparência. Estudos como Carvalho et al. (2023) mostram, ainda, que organizações recorrem a estratégias

de gerenciamento de impressões, selecionando narrativas positivas que ampliam percepções de legitimidade e atenuam críticas externas. Resultados semelhantes são observados por Joselino et al. (2017), ao identificarem a priorização seletiva de *stakeholders* em relatórios de instituições financeiras, e por Almeida e Callado (2018), ao evidenciarem a divulgação desigual de informações sobre fornecedores. Em conjunto, esses estudos apontam que o *disclosure* socioambiental pode reforçar assimetrias informacionais e operar como instrumento de construção simbólica da transparência.

Além das disputas discursivas, a literatura nacional também destaca limites técnicos e estruturais à efetivação da transparência. Altoé et al. (2017), ao analisarem o Índice de *Disclosure* Ambiental (IDA), identificam avanços na padronização, mas ressaltam lacunas persistentes na qualidade e na completude das informações divulgadas, sobretudo em setores de maior impacto ambiental. Esses achados dialogam com Dos Santos, Ott e Rover (2022), que demonstram que empresas com histórico de infrações ambientais tendem a ajustar o nível de *disclosure* em resposta a pressões reputacionais. Silveira e Van Bellen (2021) acrescentam que, embora a asseguuração externa aumente a credibilidade percebida das informações hídricas, ela não elimina seletividades nem garante transparência substantiva.

Os estudos nacionais também ajudam a compreender a dimensão histórica e institucional da transparência no Brasil. Corrêa e Ribeiro (2020) analisam a trajetória dos relatórios GRI e identificam avanços na adoção de *frameworks* internacionais, mas ressaltam dificuldades persistentes relacionadas à comparabilidade, à padronização e ao alinhamento às demandas de *accountability*. Esses resultados reforçam o desafio de converter padrões globais em práticas efetivas de *disclosure* no contexto brasileiro.

Por fim, Silva et al. (2022) destacam que a composição dos conselhos, a presença de comitês socioambientais e outros mecanismos de governança influenciam diretamente o nível de divulgação socioambiental, reforçando o caráter institucional e político da transparência corporativa.

Em síntese, os resultados da base Spell indicam que a produção brasileira oferece contribuições relevantes ao apontar: (i) a natureza híbrida da transparência, situada entre técnica e narrativa; (ii) o papel central das pressões institucionais, regulatórias e reputacionais; (iii) a recorrência de práticas seletivas e de gerenciamento de impressões; e (iv) fragilidades persistentes relacionadas à padronização e à completude informacional. Esses achados convergem com a literatura internacional crítica e reforçam que, no contexto brasileiro, a transparência permanece marcada por tensões entre ética, legitimidade, reputação e *accountability*, configurando-se como um fenômeno complexo e socialmente construído.

Quadro 1 Artigos da Spell incluídos na revisão (2017–2025).

Autores	Ano	Tema	Foco do estudo	Justificativa de inclusão
Di Domenico et al.	2017	Nível de <i>disclosure</i> nos relatórios de sustentabilidade	Determinantes do nível de divulgação; empresas listadas	Relação direta com transparência e <i>disclosure</i> ; evidencia fatores que moldam a transparência corporativa
Altoé et al.	2017	Índice de <i>Disclosure Ambiental</i> (IDA)	Medição do <i>disclosure</i> ambiental; análise de RS	Relevante para discutir limites da evidenciação e qualidade da transparência ambiental
Joselino et al.	2017	<i>Stakeholders</i> e relatórios GRI no setor bancário	Análise da narrativa em RS; priorização de <i>stakeholders</i>	Contribui para debate sobre seletividade informacional e construção discursiva da transparência
Pereira, Lucena & Paiva	2018	Divulgação voluntária do RS nas empresas de energia elétrica e telecomunicações	Determinantes da divulgação voluntária	Relaciona incentivos organizacionais à decisão de divulgar – fundamental para entender a construção da transparência
Almeida & Callado	2018	Informações sobre fornecedores em RS	<i>Disclosure</i> na cadeia de suprimentos	Evidencia assimetria informacional e seletividade do <i>disclosure</i>
Corrêa & Ribeiro	2020	Evolução do relatório GRI no Brasil	Histórico e padrões de divulgação	Aprofunda o debate sobre padronização, comparabilidade e maturidade da transparência no Brasil
Silveira & Van Bellen	2021	<i>Disclosure</i> da água e asseguração externa	Qualidade do <i>disclosure</i> hídrico; asseguração	Demonstra como a asseguração influencia credibilidade e percepção de transparência
Silva et al.	2022	Governança corporativa e <i>disclosure</i> RSC	Composição do conselho e impacto no <i>disclosure</i>	Mostra vínculo entre governança e transparência; alinhado à literatura crítica
Dos Santos, Ott & Rover	2022	Evidenciação ambiental e infrações	Impacto de infrações no <i>disclosure</i> ambiental	Explicita tensões entre risco, reputação e transparência; evidencia uso estratégico do <i>disclosure</i>
Carvalho et al.	2023	Gerenciamento de impressões em RS	Estratégias discursivas em relatórios	Contribuição central para o entendimento da transparência como dispositivo discursivo e simbólico

4.2 Resultados das bases WoS e Scopus

A análise dos 91 artigos internacionais selecionados revela que a transparência em relatórios de sustentabilidade constitui um campo de investigação diversificado, caracterizado por múltiplas abordagens metodológicas e interpretações teóricas heterogêneas. Ainda que grande parte da literatura sustente a transparência como princípio fundamental da governança corporativa e da contabilidade socioambiental, os estudos apontam que sua aplicação prática permanece atravessada por limites técnicos, disputas discursivas e incentivos institucionais conflitantes.

Um primeiro conjunto expressivo de investigações aponta para deficiências estruturais na qualidade dos relatórios, especialmente no que diz respeito à clareza, à comparabilidade e à completude das informações. Pesquisas em diferentes setores, como Sepasi et al. (2022), Sousa et al. (2024), no contexto corporativo brasileiro, e Cantele et al. (2018), no setor de saneamento, observam que as organizações apresentam dificuldades persistentes em aderir aos princípios de qualidade definidos por *frameworks* como GRI e SASB. Esses estudos convergem ao demonstrar que a divulgação socioambiental continua marcada por lacunas de mensuração, ausência de indicadores materiais e forte predominância de informações qualitativas.

A literatura também destaca a fragilidade dos processos de asseguuração. Estudos como Boiral, Heras-Saizarbitoria e Brotherton (2019) e Boiral e Heras-Saizarbitoria (2020) revelam que a verificação externa, embora amplamente adotada, costuma reproduzir uma retórica de credibilidade que não corresponde, necessariamente, à robustez dos procedimentos aplicados. A asseguuração, nesses casos, opera mais como prática simbólica do que como instrumento real de auditoria, contribuindo para a construção de uma sensação de confiabilidade que nem sempre se sustenta empiricamente.

Outra linha de pesquisa confirma que a transparência é condicionada por estratégias discursivas e práticas de legitimidade. Bellucci et al. (2019) destacam que a interação com *stakeholders* raramente se traduz em processos dialógicos profundos, sendo frequentemente instrumentalizada para reforçar a legitimidade organizacional. Trabalhos como Adhariani e Du Toit (2020) apontam que a baixa legibilidade dos relatórios, medida por indicadores linguísticos, limita a capacidade informacional dos documentos, sugerindo que as organizações podem adotar linguagem técnica ou obscura como forma de gerenciar percepções externas.

Além disso, o papel das pressões regulatórias aparece como determinante para a qualidade e a extensão do *disclosure*. Os estudos de Abhayawansa (2022) e Yetano et al. (2025) demonstram que normativos nacionais e supranacionais têm impulsionado a adoção de práticas de reporte, mas não garantem homogeneidade nem profundidade das informações divulgadas. Em países com obrigatoriedade recente, como Espanha, Indonésia e países do Golfo, pesquisas como Ruiz-Lozano et al. (2022) e Mahmood e Uddin (2021)

revelam padrões assimétricos de adoção e forte influência de incentivos políticos e culturais locais.

Os estudos analisados também indicam que temas emergentes, como riscos climáticos, carbono e transição energética, têm ganhado relevância, ainda que marcados por baixa padronização metodológica. Evidências apresentadas por Nguyen et al. (2025) mostram que setores com maior intensidade de emissões tendem a ampliar a divulgação, embora seus relatórios ainda exibam lacunas técnicas significativas e careçam de métricas que permitam comparabilidade efetiva. Além disso, Imperiale et al. (2023) discutem o desalinhamento entre o desempenho ESG e a qualidade dos relatórios, especialmente em setores com alto risco reputacional.

Pode-se inferir que estudos focados em países emergentes, como Khudir et al. (2025), no Oriente Médio, e Cunha e Moneva (2018), no Brasil e na Espanha, reforçam que a transparência é moldada por desigualdades institucionais, incluindo capacidade técnica limitada, infraestrutura informacional precária e ausência de engajamento significativo de *stakeholders* vulneráveis. Por fim, os 91 artigos da Scopus e da WoS demonstram que a transparência, mais do que um atributo técnico, configura-se como um constructo permeado por ambiguidades conceituais e disputas político-organizacionais, permanecendo tensionada entre discurso e prática, técnica e legitimidade, e entre expectativas normativas e realidades institucionais.

5. DISCUSSÃO

A análise integrada dos 101 estudos selecionados denota que a transparência em relatórios de sustentabilidade constitui um fenômeno complexo, atravessado simultaneamente por limitações técnicas, disputas institucionais e estratégias discursivas voltadas à legitimação organizacional. A literatura internacional aponta que a transparência é menos um estado plenamente alcançável e mais um ideal regulatório permanentemente tensionado (Larrinaga, 2023; Quattrone, 2022). A incorporação dos estudos brasileiros provenientes da base Spell reforça esse diagnóstico ao demonstrar que, no contexto nacional, as fragilidades institucionais, a baixa comparabilidade das métricas e a seletividade informacional tornam ainda mais evidente a distância entre o discurso da transparência e sua efetivação prática.

Os achados relacionados à complexidade estrutural dos relatórios de sustentabilidade mostram que, apesar do discurso de padronização global, persistem lacunas substantivas relacionadas à qualidade e à mensurabilidade das informações divulgadas. No contexto brasileiro, Di Domenico et al. (2017) e Altoé et al. (2017) mostram que os níveis de *disclosure* ambiental e social variam consideravelmente entre setores, refletindo diferenças nos sistemas de mensuração, na institucionalização das práticas e no grau de maturidade das organizações.

Corrêa e Ribeiro (2020) corroboram que a adoção dos padrões GRI no país evoluiu de forma heterogênea, gerando relatórios pouco comparáveis e tecnicamente limitados. Esses resultados convergem com evidências internacionais que apontam falhas na determinação da materialidade, inconsistências metodológicas e ausência de critérios robustos para mensurar impactos ambientais e sociais (Guix et al., 2019; Ruiz-Lozano et al., 2022; Cantele et al., 2018). Além disso, mesmo mecanismos destinados a elevar a qualidade do *disclosure*, como a asseguuração externa, apresentam eficácia limitada. Silveira e Van Bellen (2021) demonstram que a credibilidade das informações hídricas aumenta com a auditoria independente, mas permanece condicionada à qualidade dos sistemas internos de controle, achado compatível com estudos internacionais que alertam para os limites da verificação socioambiental (Simnett et al., 2024; Krasodomska et al., 2025). À luz desses achados, infere-se que fatores internos, como a governança corporativa, influenciam significativamente a transparência. Silva et al. (2022) mostram que a composição do conselho afeta diretamente o nível de *disclosure*, reforçando análises internacionais sobre o papel do *board* e dos comitês de sustentabilidade na definição do conteúdo divulgado (Kateb & Youssef, 2022; Aladwan et al., 2023).

Paralelamente às limitações técnicas, este capítulo revela que a transparência opera também como um dispositivo discursivo, em que as organizações constroem narrativas destinadas a reforçar a legitimidade, mitigar riscos reputacionais e responder a pressões institucionais. Nesse ponto, os estudos brasileiros da Spell são altamente convergentes com análises críticas internacionais. Joselino et al. (2017) mostram que, no setor bancário, a priorização de *stakeholders* e de temas nos relatórios GRI reflete escolhas discursivas estratégicas. Almeida e Callado (2018) ressaltam que informações sensíveis sobre fornecedores são divulgadas de modo parcial, revelando assimetrias informacionais justamente onde há maior risco socioambiental. Pereira, Lucena e Paiva (2018) sugerem que a divulgação voluntária é guiada por incentivos reputacionais, alinhando-se à literatura internacional que descreve o *disclosure* socioambiental como instrumento de gestão simbólica, mais do que de *accountability* substantiva (Cho et al., 2015; Sarmiento & Larrinaga, 2021).

Os achados de Dos Santos, Ott e Rover (2022) reforçam esse ponto ao mostrar que empresas com histórico de infrações ambientais tendem a modular suas narrativas de forma defensiva, exibindo características típicas do *greenwashing*, fenômeno amplamente documentado no cenário internacional (Corazza et al., 2020). O estudo de Carvalho et al. (2023) aprofunda essa perspectiva ao demonstrar que as organizações utilizam estratégias de gerenciamento de impressões para construir percepções favoráveis sobre responsabilidade socioambiental, convergindo com análises internacionais sobre hipocrisia organizacional, *decoupling* e uso simbólico da retórica da sustentabilidade (Higgins & Stubbs, 2020; Gold & Heikkurinen, 2018).

A literatura internacional examinada reforça que a transparência é moldada por incentivos internos, pressões externas, dinâmicas político-institucionais e disputas narrativas. Além disso, estudos que avaliam a relação entre desempenho ESG e qualidade do relato (Imperiale et al., 2023; Nguyen et al., 2025) indicam que as empresas recorrem à divulgação para gerenciar percepções em mercados classificados como sensíveis sob a perspectiva regulatória. Pesquisas sobre setores específicos, como hotelaria (Guix et al., 2018), aeroportos (Karagiannis et al., 2022), universidades (Di Tullio et al., 2021; Mauro et al., 2020) e hospitais (Andrades et al., 2024), mostram que práticas de reporte são fortemente condicionadas por pressões institucionais e pela busca de legitimidade. Outrossim, as análises sobre regulamentações e padrões emergentes, como a CSRD e os ESRS (Nicolo et al., 2025), confirmam que, mesmo em ambientes com forte aparato normativo, a transparência continua permeada por ambiguidades e disputas de interpretação.

Além disso, no contexto brasileiro, os estudos analisados mostram que esses desafios são ainda mais pronunciados, dada a fragilidade institucional, a baixa maturidade dos mecanismos de fiscalização e a prevalência de estratégias comunicacionais que privilegiam a visibilidade em detrimento da *accountability* substantiva. Em outros termos, a convergência entre a literatura nacional e internacional reforça que a transparência, embora amplamente difundida como valor e promessa, é continuamente negociada, construída e performada, e seu avanço depende de um esforço simultâneo de aperfeiçoamento técnico, regulatório e ético, que transforme o discurso em prática efetiva.

6. CONCLUSÃO

As transformações socioambientais e as pressões regulatórias destacadas na introdução colocam a transparência como um dos pilares centrais da governança climática e da contabilidade social contemporânea. Entretanto, os achados desta revisão crítica confirmam que a transparência nos relatórios de sustentabilidade permanece um constructo ambivalente, distante da promessa normativa de comparabilidade, completude e integridade que orienta *frameworks* internacionais como GRI, SASB, TCFD e IFRS S1/S2. Ao contrário do ideal regulatório reiterado pelas COPs e pelas agendas globais de sustentabilidade, a literatura analisada revela que a transparência é continuamente tensionada por limitações técnicas, disputas institucionais, construções discursivas e incentivos reputacionais que moldam o conteúdo e o alcance dos relatórios.

A análise integrada dos 101 estudos sugere que, apesar do avanço de normas e diretrizes, persistem fragilidades significativas na mensuração e na qualidade das informações divulgadas. Tanto no cenário internacional quanto no brasileiro, evidenciam-se lacunas relacionadas à determinação da materialidade, inconsistências metodológicas, baixa comparabilidade entre setores e eficácia limitada da assecuração externa. No contexto brasileiro, essas limitações são acentuadas por desigualdades institucionais, variações no grau de

maturidade regulatória e práticas de *disclosure* fortemente condicionadas pela lógica da visibilidade, conforme apontam os estudos nacionais analisados.

Além dos limites estruturais, os resultados revelam que a transparência opera também como dispositivo discursivo. A literatura crítica demonstra que narrativas positivas, estratégias de gerenciamento de impressões e mecanismos de legitimação simbólica frequentemente se sobrepõem à divulgação substantiva de impactos socioambientais. Esse achado confirma que a transparência, em muitos contextos, funciona mais como recurso de gestão reputacional do que como instrumento efetivo de *accountability*, reforçando a dissociação entre discurso e prática organizacional.

A partir da síntese dos resultados, emergem quatro lições centrais deste estudo. Primeiro, a transparência não pode ser compreendida como atributo meramente técnico ou decorrente automática da adoção de *frameworks*, mas como um fenômeno institucionalmente construído, condicionado por incentivos regulatórios, capacidades organizacionais e disputas políticas. Segundo, mecanismos formais, como padronização e asseguração externa, são necessários, mas insuficientes, quando não acompanhados por sistemas internos robustos de mensuração, governança e controle da informação.

Terceiro, a literatura demonstra que a expansão regulatória tende a aumentar o volume de *disclosure*, mas não garante, por si só, qualidade, comparabilidade ou inteligibilidade das informações divulgadas. Por fim, os estudos revelam que a transparência é profundamente atravessada por práticas discursivas, nas quais linguagem, narrativa e seletividade informacional operam como instrumentos de legitimação, especialmente em contextos de maior risco socioambiental e reputacional.

Em um panorama geral, esta revisão sistemática demonstra que a transparência, embora amplamente defendida como valor ético, princípio regulatório e instrumento de governança, permanece como um ideal em constante disputa. Seu avanço depende não apenas de melhorias técnicas, como o aprimoramento de métricas e o fortalecimento da asseguração, mas também de transformações institucionais e culturais capazes de reduzir seletividades, alinhar discurso e prática e sustentar processos de *accountability* substantiva. No Brasil, esse desafio é ainda mais pronunciado, exigindo maior integração entre regulação, fiscalização, práticas organizacionais e engajamento efetivo de *stakeholders*.

Ao retomar o problema de pesquisa apresentado na introdução, reconhece-se que a transparência nos relatórios de sustentabilidade constitui um fenômeno híbrido, simultaneamente técnico, político e discursivo, cuja efetividade depende da capacidade do campo contábil e das instituições regulatórias de transformar padrões normativos em práticas informacionais consistentes. Ao sistematizar convergências, tensões e lacunas entre a literatura nacional e internacional, este estudo contribui para o avanço da pesquisa crítica em contabilidade socioambiental e reforça a necessidade de abordagens analíticas que articulem rigor técnico, coerência discursiva e responsabilidade social.

No que diz respeito às contribuições apresentadas, este estudo também contém limitações que devem ser consideradas. A revisão restringe-se às bases Scopus, Web of Science e Spell e ao recorte temporal de 2017 a 2025, o que pode ter limitado a incorporação de produções relevantes indexadas em outras bases ou períodos anteriores. Além disso, a natureza interpretativa da análise implica escolhas analíticas que podem influenciar a leitura dos resultados.

No que diz respeito às agendas de pesquisas futuras, sugere-se aprofundar a análise da transparência por meio de estudos empíricos comparativos, especialmente em países emergentes, bem como de abordagens metodológicas mistas que articulem métricas de qualidade informacional e análises discursivas. Também se mostram promissoras investigações sobre os impactos da implementação de normativas recentes, como IFRS S1/S2 e CSRD, na efetividade da transparência e da *accountability* socioambiental.

REFERÊNCIAS

- Abhayawansa, S. (2022). Swimming against the tide: Back to single materiality for sustainability reporting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 13(6), 1361–1385.
- Adams, C. A. (2020). Sustainability reporting and integrated thinking: Leading practice developments and insights. *Abacus*, 56(3), 397–427. <https://doi.org/10.1111/abac.12194>
- Adams, C. A., & Abhayawansa, S. (2022). Connecting the COVID-19 pandemic, climate change and corporate reporting: A call for action. *Accounting Forum*, 46(3), 256–273. <https://doi.org/10.1080/01559982.2022.2084637>
- Adhariani, D., & Du Toit, E. (2020). Readability of sustainability reports: Evidence from Indonesia. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 10(4), 621–636.
- Almeida, K. K. N., & Callado, A. A. C. (2018). Divulgação de informações sobre relacionamentos na cadeia de suprimento: Um estudo sob a perspectiva da economia dos custos de transação. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 8(1), 73–88. <https://doi.org/10.18696/reunir.v8i1.666>
- Aladwan, S. I., Alshami, A. O., Mohammad, A. A. S., Al-Husban, D. A. A. O., Al-Husban, N. A., Hunitie, M. F. A., ... & Al-Hawary, S. I. S. (2023). Impact of electronic human resources management practices on employee commitment in five stars' hotels in Jordan. In *Emerging trends and innovation in business and finance* (pp. 405–421). Springer Nature.
- Altoé, S. M. L., Panhoca, L., & Espejo, M. M. D. S. B. (2017). Índice de disclosure ambiental (IDA): Análise da aplicação de indicador desenvolvido a partir da ótica de especialistas no Brasil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 16(48), 52–68. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v16n48.2402>
- Andrades, J., Larrán Jorge, M., Muriel, M. J., & Calzado, M. Y. (2024). Sustainability reporting in Spanish public hospitals: Has it become an institutionalized norm among these organizations? *Qualitative Research in Accounting & Management*, 21(4), 369–395.

Bäckstrand, K., & Kuyper, J. W. (2017). The democratic legitimacy of orchestration: The UNFCCC, non-state actors, and transnational climate governance. *Environmental Politics*, 26(4), 764–788.

Bebbington, J., & Unerman, J. (2018). *Sustainability accounting and accountability*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781351128282>

Bellucci, M., Simoni, L., Acuti, D., & Manetti, G. (2019). Stakeholder engagement and dialogic accounting: Empirical evidence in sustainability reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(5), 1467–1499.

Bevilaqua, I. C., & Freire, F. S. (2023). Oportunidades e desafios do relato integrado a partir dos princípios do dialogic accounting e do engajamento dos stakeholders. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 21(1), 1–16.

Boiral, O. (2016). Accounting for the unaccountable: Biodiversity reporting and impression management. *Journal of Business Ethics*, 135(4), 751–768. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2497-9>

Boiral, O., Heras-Saizarbitoria, I., & Brotherton, M. C. (2019). Assessing and improving the quality of sustainability reports: The auditors' perspective. *Journal of Business Ethics*, 155(3), 703–721.

Boiral, O., & Heras-Saizarbitoria, I. (2020). Sustainability reporting assurance: Creating stakeholder trust or symbolic accountability? *Journal of Business Ethics*, 162, 233–252. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3975-1>

Buhr, N., Gray, R., & Milne, M. (2014). Histories, rationales, voluntary standards and future prospects for sustainability reporting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 5(2), 139–163. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-01-2014-0003>

Bronzini, M., Maglione, A., Rosso, R., Matta, M., Masuzzo, F., Rolla, S., & Clerico, M. (2023). Feeding the gut microbiome: Impact on multiple sclerosis. *Frontiers in Immunology*, 14, 1176016.

Cantele, S., & Zardini, A. (2018). Is sustainability a competitive advantage for small businesses? An empirical analysis of possible mediators in the sustainability–financial performance relationship. *Journal of Cleaner Production*, 182, 166–176.

Carvalho, A., Pacheco, J., Ferreira, J., & Rover, S. (2023). Os investidores se importam com a sustentabilidade? *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 13(2), 76–93. <https://doi.org/10.18696/reunir.v13i2.1307>

Cho, C. H., Laine, M., Roberts, R. W., & Rodrigue, M. (2015). Organized hypocrisy, organizational façades, and sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 40, 78–94. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.12.003>

Chung, J., & Cho, C. H. (2018). Current trends within social and environmental accounting research: A literature review. *Accounting Perspectives*, 17(2), 207–239.

Corazza, L., Truant, E., Scagnelli, S. D., & Mio, C. (2020). Sustainability reporting after the Costa Concordia disaster: A multi-theory study on legitimacy, impression management and image restoration. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 33(8), 1909–1941.

- Corrêa, R., & Melo Ribeiro, H. C. (2020). Evolução do relatório de sustentabilidade Global Reporting Initiative (GRI): 20 anos de aplicação. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 9(2), 294–311. <https://doi.org/10.17648/aos.v9i2.1292>
- Cunha, D. R., & Moneva, J. M. (2018). The elaboration process of the sustainability report: A case study. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 20(4), 533–549.
- Da Silva Júnior, F. S. (2025). A contabilidade e o desenvolvimento sustentável. *Revista Contemporânea*, 5(11), e9671.
- De Villiers, C., Hsiao, P. C. K., & Maroun, W. (2017). Developing a conceptual model of influence around integrated reporting: New insights and directions for future research. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 450–460.
- Delgado, E. R., & Santana, V. F. (2025). Goodwill impairment: Evidências de gerenciamento de resultados contábeis nas empresas brasileiras. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, 44(2), 63–83.
- Di Domenico, D., Tormem, L., & Mazzioni, S. (2017). Nível de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 16(49), 84–100. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v16n49.2401>
- Di Tullio, P., La Torre, M., & Rea, M. A. (2021). Social media for engaging and educating: From universities' sustainability reporting to dialogic communication. *Administrative Sciences*, 11(4), 151.
- Duarte, N. P. G., Prazeres, R. V. D., Lagioia, U., Araújo, J. G. D., & Anjos, L. C. M. D. (2025). Divulgação em sustentabilidade e as relações com as características dos conselhos e a asseguuração. *Revista Contabilidade & Finanças*, 36, e2148.
- Dos Santos Bandeira, L., Ott, E., & Rover, S. (2022). Influência do potencial poluidor e do histórico de infrações ambientais na evidenciação ambiental corporativa. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 21, e3262.
- Faccin, E. F. S. (2023). *Governança corporativa e comunicação organizacional: Dimensões da comunicação em documentos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).
- Farooq, M. B., & De Villiers, C. (2023). Drivers of sustainability assurance: Evidence from global reporting initiatives. *Accounting Forum*, 47(2), 210–229. <https://doi.org/10.1080/01559982.2022.2057875>
- Freitas, N. M. D. S., & Marques, C. A. (2019). Sustentabilidade e CTS: O necessário diálogo na/para educação em ciência em tempos de crise ambiental. *Educar em Revista*, 35(77), 265–282.
- Gold, S., & Heikkurinen, P. (2018). Transparency fallacy: Unintended consequences of stakeholder claims on responsibility in supply chains. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(1), 318–337.
- Gonçalves Costa, L. J., De Oliveira Durso, S., Silva Oliveira, L. A., & Da Cunha, J. V. A. (2025). Novo relatório de sustentabilidade da IFRS Foundation: Uma análise do posicionamento dos bancos ao redor do mundo. *Gestão e Desenvolvimento*, 22(1). <https://doi.org/10.25112/rgd.v22i1.4132>

Guix, M., Bonilla-Priego, M. J., & Font, X. (2018). The process of sustainability reporting in international hotel groups: An analysis of stakeholder inclusiveness, materiality and responsiveness. *Journal of Sustainable Tourism*, 26(7), 1063–1084.

Guix, M., Font, X., & Bonilla-Priego, M. J. (2019). Materiality: Stakeholder accountability choices in hotels' sustainability reports. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 31(6), 2321–2338.

Gray, S. F. (1996). Modeling the conditional distribution of interest rates as a regime-switching process. *Journal of Financial Economics*, 42(1), 27–62.

Higgins, C., Tang, S., & Stubbs, W. (2020). On managing hypocrisy: The transparency of sustainability reports. *Journal of Business Research*, 114, 395–407. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.08.041>

Imperiale, F., Pizzi, S., & Lippolis, S. (2023). Sustainability reporting and ESG performance in the utilities sector. *Utilities Policy*, 80, 101468. <https://doi.org/10.1016/j.jup.2022.101468>

Joselino, J. C. G., De Cassia Gomes, L. A. Y., Wazima, W. S., & Semensato, B. I. (2017). A importância dos stakeholders na estratégia empresarial dos bancos com base nos relatórios de sustentabilidade GRI. *Revista Liceu On-Line*, 7(2), 162–180.

Karagiannis, I., Vouros, P., Sioutas, N., & Evangelinos, K. (2022). Mapping the maritime CSR agenda: A cross-sectoral materiality analysis of sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 338, 130139.

Kateb, I., & Youssef, M. (2025). Sustainability reporting quality: Understanding board characteristics, CSR committees and moderation dynamics in Saudi Arabia. *Social Responsibility Journal*. Advance online publication.

Krasodomska, J., & Eisenschmidt, K. (2025). G and ESG strategy integration and disclosure: Exploring the governance-related factors that influence companies' decision-making. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 32(2), 2681–2696.

Khudir, I. M., Rahman, A., Farooq, M. B., & Momin, M. (2025). Evaluating the sustainability reporting of oil and gas companies in post-conflict regions: The case of Kurdistan. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 1–21. <https://doi.org/10.1108/JAEE-08-2024-0382>

Laine, J. E., Huybrechts, I., Gunter, M. J., Ferrari, P., Weiderpass, E., Tsilidis, K., ... & Vineis, P. (2021). Co-benefits from sustainable dietary shifts for population and environmental health: An assessment from a large European cohort study. *The Lancet Planetary Health*, 5(11), e786–e796.

Larrinaga, C., & Bebbington, J. (2021). Sustainability accounting and accountability are in the public interest. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 34(4), 809–835. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-12-2020-5034>

Larrinaga, C. (2023). Contabilidade sustentável: As abordagens ESG não são suficientes. *Revista Contabilidade & Finanças*, 34, e9042. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20239042.pt>

Macedo, M. A. S., Nascimento, M. C., & Ribeiro, F. (2019). Transparência corporativa e relatórios de sustentabilidade no Brasil: Análise de conteúdo de empresas listadas na B3. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30(81), 273–291. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201908290>

Mahmood, Z., & Uddin, S. (2021). Institutional logics and practice variations in sustainability reporting: Evidence from an emerging field. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 34(5), 1163–1189.

Massaro, M., Dumay, J., & Guthrie, J. (2016). On the shoulders of giants: Undertaking a structured literature review in accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 29(5), 767–801.

Mauro, S. G., Cinquini, L., Simonini, E., & Tenucci, A. (2020). Moving from social and sustainability reporting to integrated reporting: Exploring the potential of Italian public-funded universities' reports. *Sustainability*, 12(8), 3172.

Mendes, B. M., Salman, A. K. D., & De Barba, C. H. (2025). A inclusão da sustentabilidade ambiental nas universidades federais de Rondônia. *Ensino & Pesquisa*, 23(2), 375–390.

Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340–363. <https://doi.org/10.1086/226550>

Nguyen, T. H., Abu Afifa, M. M., Nguyen, L. T. L., Tran, T. H. T., & Dao, N. T. (2025). Sustainability report quality with moderating impact of carbon emissions index: Evidence from ASEAN region. *Pacific Accounting Review*. <https://doi.org/10.1108/PAR-09-2024-0228>

Nicolo, G., Zampone, G., Sannino, G., & Polcini, P. T. (2025). Ready for change after the omnibus package? Early compliance with the European sustainability reporting standards and its key determinants in the new regulatory era. *Business Strategy and the Environment*, 34(7), 9040–9058.

Oliveira, M. A. D. (2017). O “estado da arte” das pesquisas em contabilidade: Um estudo exploratório-bibliométrico das dissertações apresentadas no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais da PUC-SP (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Pereira, M. L., Lucena, W. G. L., & Paiva, S. B. (2018). Determinantes da divulgação voluntária do relatório de sustentabilidade nas empresas de energia elétrica e de telecomunicações listadas na BM&FBovespa. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 7(2), 300–321. <https://doi.org/10.5585/geas.v7i2.687>

Pinheiro, A. B., Zafalon, V. M. A., Oliveira, C. M., & Carraro, W. B. W. H. (2024). A relevância dos contextos nacionais para a divulgação corporativa de carbono: Uma análise intercultural. *Revista de Ciências da Administração*, 26(66), 1–22.

Prates, J. C. R., & Avelino, B. C. (2024). Análise crítica da transparência nos relatórios de sustentabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 18(1), 1–15. <https://doi.org/10.17524/repec.v18i1.2992>

Quattrone, P. (2022). The social and epistemic meaning of transparency: From illusion to possibility. *Accounting, Organizations and Society*, 101, 101355. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2022.101355>

Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin, F. S., Lambin, E. F., ... Foley, J. A. (2009). A safe operating space for humanity. *Nature*, 461(7263), 472–475. <https://doi.org/10.1038/461472a>

Rodrigues, J. M. (2025). Contabilidade de recursos naturais: Compreendendo as perspectivas das cartas comentários do IPSASB. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança (Brasília)*, 312.

Ruiz-Lozano, M., De Vicente-Lama, M., Tirado-Valencia, P., & Cordobes-Madueno, M. (2022). The disclosure of the materiality process in sustainability reporting by Spanish state-owned enterprises. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 35(2), 385–412.

Santoyo, A. H., Neves, O. J. F., Mendonça, I. D. N., Dias, M. F. P., & Menezes, G. R. (2025). Crescimento econômico e sustentabilidade ambiental nos países da América Latina: Uma abordagem baseada no PIB verde. *Sociedade & Natureza*, 37, e75607.

Sarmiento, H., & Larrinaga, C. (2021). Accountability and counter-accounts in the face of environmental crisis: Lessons from Latin America. *Critical Perspectives on Accounting*, 79, 102224. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2020.102224>

Sepasi, S., Al Hilali, Z. Z. K., & Al-Hasnawi, H. K. D. (2022). Investigating the impact of corporate social responsibility and intellectual capital on corporate performance in companies admitted on the Iraq Stock Exchange. *World Bulletin of Management and Law*, 13, 46–54.

Silva, B. S., Francisco, J. R. S., Correia, L. F., Avelar, E. A., & Amaral, H. F. (2022). A influência da governança corporativa no disclosure da responsabilidade social corporativa (RSC) das companhias de capital aberto brasileiras. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 10(1), 71–88. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2022v10n1.53589>

Silveira, G. B., & Van Bellen, H. M. (2021). Disclosure corporativo da água: Quais informações são asseguradas externamente? *Enfoque: Reflexão Contábil*, 40(3), 61–78.

Simnett, R., Thompson, A., Trotman, A. J., & Trotman, K. T. (2024). Sustainability reporting ecosystem: Insights of audit committee chairs. *Accounting Horizons*, 38, 1–16. <https://doi.org/10.2308/HORIZONS-2024-169>

Sousa, I. C. D., Sigahi, T. F., Rampasso, I. S., Pinto, J. D. S., Zanon, L. G., Leal Filho, W., & Anholon, R. (2024). Analysis of the quality of sustainability reports published by Brazilian companies: An analytic hierarchy process-grey clustering approach. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 31(5), 4298–4314.

Toniolli, F. G. A., Holgado-Silva, H. C., & Binotto, E. (2025). Práticas de ESG nas cooperativas agroindustriais: Um caminho para o desenvolvimento sustentável. *Desafio Online*, 13(3), 1–19. <https://doi.org/10.55028/don.v13i3.20217>

Viol, D. M. (2021). O farol da integridade pública: Um estudo de caso sobre o programa de integridade da CGU. *Revista da CGU*, 13(23), 122–141.

Wegner, R. S., Estivalete, V. F. B., Matheis, T. K., & Vieira, K. M. (2025). The influence of transformational leadership for environmental sustainability on organizational citizenship behaviors. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 27(2), 0–0.

Xie, J. J., Escher, N. A., Dunn, M. E., Yu, Y., Staffell, I., & Rogelj, J. (2025). Tracing inclusivity at UNFCCC conferences through side events and interest group dynamics. *Nature Climate Change*, 1–9.

Yetano, A., Torres, L., & García Rayado, J. (2025). Does mandatory sustainability information foster the adoption of integrated reporting at Spanish state-owned enterprises? *Spanish Journal of Finance and Accounting/Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 1–29.

